

**GESTÃO AMBIENTAL EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS AGROEXTRATIVISTAS:
SENSIBILIDADE E RISCOS AMBIENTAIS NO BAIXO VALE DO RIO GUARÁ**

Maurício Pablo Souza Castro⁽¹⁾

Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental no Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias da Universidade Federal do Oeste da Bahia. e-mail: maur_cte@hotmail.com

Jordan Souza Conceição do Nascimento

Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental no Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias da Universidade Federal do Oeste da Bahia. e-mail: jt.42@hotmail.com

Natalia Oliveira de Jesus

Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental. email: nathvoliveira17@hotmail.com

Mario Alberto dos Santos

Doutorando em Geografia e Professor Assistente I do Centro das Humanidades na Universidade Federal do Oeste da Bahia. e-mail: mario.alberto@ufob.edu.br

RESUMO

A elaboração desse artigo nasce da realização de estudos sobre saúde e qualidade ambientais nos Territórios Tradicionais do baixo vale do rio Guará, município de São Desidério-BA, especificamente nas comunidades de Ponte de Mateus, Larga, Pedras, Currais, Cera, Lagoa dos Buritis, Contagem e Vereda Grande. Atividades de pesquisa realizadas desde 2013 na região subsidiou com dados primários e secundários as análises e os resultados até o momento alcançados. Nesse sentido, enfatiza-se conceitos fundamentais para o seu desenvolvimento, com destaque para saúde ambiental, meio ambiente e saneamento rural, somados a dados e informações empíricas sobre as condições da qualidade e da sensibilidade ambientais locais. Assim, dentre os resultados preliminares obtidos tem-se as discussões e debates sobre as relações entre saúde ambiental e saneamento rural em Territórios Tradicionais e o início da compreensão e representação do cenário de saúde e sensibilidade ambientais na região do baixo vale do rio Guará o qual apresenta deficiência e ausência nos serviços de saneamento, somado as condições de infraestrutura domiciliares inadequadas sob a perspectiva sanitária e tecnológica. Tudo isso resulta em problemas para o gerenciamento e o tratamento de efluentes domésticos e resíduos sólidos orgânicos e não-orgânicos na região.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento Rural, Saúde Ambiental, Território Tradicional.

INTRODUÇÃO

No Brasil a preocupação com os problemas ambientais e sua relação com a saúde intensificou-se a partir da década de 1970 com mobilizações da sociedade civil, criação de órgãos fiscalizadores, estabelecimento de padrões para aferir qualidade ambiental, etc. Como toda transformação social, com o passar do tempo ocorreram evoluções de pensamento e também de consciência as quais percebem e evidenciam inter-relações existentes entre saúde e meio ambiente, com destaque para a qualidade de ambos. É possível observar, devido ao fato da qualidade ambiental estar cada vez mais em declínio, que há relações entre condições econômicas e localização geográfica com a saúde ambiental. As populações rurais, por exemplo, possuem de maneira geral maiores dificuldades de acesso aos serviços públicos de saneamento quando comparadas com as populações citadinas (RIBEIRO, 2004). Contudo, é importante frisar que essa relação não é causal e há todo um conjunto de ações públicas necessárias, mas que não alcançam inúmeros territórios no Brasil o que resulta em cenários dentre os quais identifica-se facilmente os problemas gerados pela falta ou ineficácia dos serviços de saneamento básico.

Os resultados aqui apresentados compõem um subprojeto relacionado ao projeto de pesquisa intitulado de “Gestão Ambiental Rural em Territórios Tradicionais Agroextrativistas” desenvolvido nas comunidades Ponte de Mateus, Larga, Pedras, Currais, Cera, Lagoa dos Buritis, Contagem e Vereda Grande localizadas na região do baixo vale do rio Guará, município de São Desidério – BA. Como essa pesquisa já ocorre desde 2012, os dados primários e secundários, somados a informações já levantadas permitem-nos afirmar que as condições de infraestrutura e serviços públicos de saneamento são insuficientes e há inúmeros aspectos atestando contra níveis aceitáveis de saúde e qualidade ambientais. Nesse sentido, o mapeamento das condições de saúde e sensibilidade ambientais justifica-se, pois, tal instrumento poderá contribuir com ações de planejamento e gestão das políticas municipais direcionadas aos temas do saneamento

ambiental rural, haja visto a necessidade e a importância para a qualidade da saúde pública. Entre as comunidades agroextrativistas citadas há questões referentes a distância da sede municipal e acesso a políticas públicas que potencializam aspectos negativos inerentes a um cenário de insuficiência e ausência de serviços e infraestrutura para o saneamento ambiental rural.

OBJETIVOS

Elaborar um diagnóstico sobre qualidade e saúde ambientais nas comunidades em destaque por meio do estabelecimento de parâmetros ambientais, para no final da pesquisa apresentar a espacialização dos dados primários e secundários e contribuir no estabelecimento de estratégias de intervenções para melhorias nas condições dos serviços e da infraestrutura do saneamento rural.

METODOLOGIAS

Nessa primeira etapa da pesquisa fez-se um longa revisão e análise bibliográficas sobre qualidade e sensibilidade ambientais (saúde ambiental), meio ambiente e saneamento rural. Outro ponto de destaque foi o levantamento e a análise de dados secundários e também primários sobre saneamento ambiental rural encerrando as estratégias metodológicas estabelecidas para esse primeiro momento. Assim, estabeleceu-se como princípios metodológicos a pesquisa participante como um processo de partilhar saberes e experiências para construir algo em comum. E ao admitir a existência de diferentes modalidades de participação social e partilha, tem-se nesse caso, a preocupação em subsidiar-se de saberes e valores (BRANDÃO e STRECK, 2006) locais para contribuir com as reflexões e análises a respeito de possíveis ações políticas comunitárias a serem construídas com vistas a cogestão ambiental rural. “Em outras palavras, o que se sonha e se pretende entre os diferentes estilos da pesquisa participante é tornar também a investigação científica e social uma forma solidária de participação.” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p.11). As atividades de campo são realizadas a partir de técnicas e ações pedagógicas e interativas. Pedagógicas, pois, necessita-se uma explicação prévia sobre a estrutura jurídica que regulamenta e estabelece diretrizes para ações de saneamento e gestão ambiental rural, portanto, prevê-se para a segunda etapa momentos para subsidiar a população com informações sobre os temas que envolvem o projeto. E interativas devido a necessidade de dialogar e compartilhar percepções, valores e saberes para a elaboração do Diagnóstico Rural Participativo – DRP sobre o saneamento rural na região. E para finalizar a segunda etapa tem-se a elaboração de um mapa de sensibilidade ambiental com informações a respeito das condições do saneamento básico e da qualidade e saúde ambientais nas comunidades em estudo. Para a elaboração de tal documento haverá o estabelecimento de indicadores ambientais para caracterizar as condições da gestão dos efluentes domésticos, dos resíduos sólidos e do consumo de água pelos moradores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como trata-se de pesquisa em Territórios Tradicionais a participação social é essencial, pois há na Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais diretrizes, princípios e objetivos que garantem para qualquer ação de pesquisa e/ou extensão nesses espaços a participação efetiva dos moradores nos processos de construção de documentos ou relatórios que poderão ser utilizados para processos decisórios envolvendo o planejamento e a gestão desses territórios.

Segundo Milton Santos (1999) o território vai muito além do conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o entendimento do território não pode ficar “preso” somente a isso é necessário um elemento de grande importância à identidade, é olhar para o território usado e não para o território em si. Esse território usado é para as comunidades agroextrativistas o elemento essencial no desenvolvimento do seu modo de vida, pois é nele que a vida se realiza e adquire sentido.

Ao construir uma identidade com o território constroem-se também elementos favoráveis ao cuidado e desfavoráveis para a degradação, pois é a sua “casa”, o seu lugar de moradia e habitação. Isso se aplica as comunidades agroextrativistas pelo fato de existir essa identidade de pertencer ao lugar onde vivem e ter isso bastante evidente nos seus modos de vida. Justifica-se, assim, a importância da pesquisa participante e da construção coletiva de propostas e ações. Essa construção se faz no diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo e como o foco aqui é na saúde e qualidade ambientais iniciou-se esse entendimento a partir das condições de infraestrutura e da qualidade dos serviços prestados pela prefeitura.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como “o completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de enfermidade” e define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. A partir das duas definições citadas surge uma terceira referente à saúde ambiental, a saber: “todos aqueles aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que estão determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e

psicológicos no meio ambiente. Também se refere à teoria e prática de valorar, corrigir, controlar e evitar aqueles fatores do meio ambiente que, potencialmente, possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras”, também apresentada pela OMS. Ao se adentrar nos conceitos relacionados à saúde é percebido que o saneamento é parte fundamental do tema, conceituado pela OMS como “o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. De outra forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar salubridade ambiental”, alicerçado em quatro bases, a saber: abastecimento de água, drenagem pluvial, resíduos sólidos e esgotamento sanitário. Contudo, nessa pesquisa a atenção centra-se na gestão dos resíduos sólidos orgânicos, tratamento de água e gestão dos efluentes domésticos.

As diretrizes nacionais para o saneamento básico estabelecida pela Lei nº. 11.445 de 2007, no seu art. 48, inciso VII, determina a “garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares” e no seu art. 49, inciso IV, determina a necessidade de “proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados”. Nota-se a importância de respeitar as características de cada comunidade ao adotar tecnologias adequadas para cada situação, não sendo possível estabelecer uma “receita de bolo” a ser seguida e que resolverá todos os problemas e demandas do saneamento para ambientes rurais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa primeira etapa da pesquisa os resultados concentraram-se nos debates e discussões sobre os temas envolvidos e também na avaliação de dados (primários e secundários) e informações já organizadas por pesquisas anteriores já realizadas na região. Nesse sentido, tem-se um cenário desenhado em algumas comunidades da região do baixo vale do rio Guará onde as condições de infraestrutura e de serviços de saneamento rural são insuficientes, segundo as resoluções do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, portarias do Ministério da Saúde e infraestrutura e tecnologias sugeridas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para garantir níveis aceitáveis de qualidade e saúde ambientais para os moradores da região.

Segundo os estudos realizados por Duarte (2012) sobre avaliação de impactos ambientais e o de Passos (2016) sobre saneamento ambiental rural e políticas públicas nas comunidades em destaque observou-se impactos negativos com a criação de animais próximos aos cursos d’água, o que acarreta na contaminação dos mesmos por fezes e urina, também a compactação do solo e riscos de assoreamento dos cursos d’água devido as erosões já instaladas ao longo das estradas que ligam as comunidades. Outro impacto importante é o causado pelo intenso uso do solo para as atividades agrícolas sem as devidas rotatividades de culturas, pois a ausência de extensão rural os impedem de desenvolver tecnologias e estratégias de manejo que permitam alterar tais condições. Há variações entre as comunidades e temos exemplos onde ocorrem processos de rotatividades e os moradores conseguem “descansar” a terra e assim manter condições de produção favoráveis. Outros aspectos que podemos observar com as pesquisas já realizadas é a presença de vetores de doenças de veiculação hídrica relacionadas com insuficiências e falhas no sistema de serviços de saneamento rural local. Também foi confirmada na comunidade de Ponte de Mateus a contaminação por coliformes fecais totais nas amostras coletadas de água e que também há poluentes visíveis nos cursos d’água nos locais de coleta das amostras, e os únicos tratamentos de água utilizados é a filtração simples com filtro cerâmico, a fervura e pastilhas de hipoclorito quando disponibilizadas pela secretaria municipal de saúde em São Desidério (DUARTE, 2012; PASSOS, 2016).

É possível afirmar também que entre as comunidades destacadas nessa pesquisa a necessidade de melhorias e inclusão de serviços de saneamento é evidente, especialmente tratamento ecológico de efluentes domésticos e gerenciamento dos resíduos sólidos. Visto que, no caso dos efluentes domésticos não há tratamento algum e a única prática as vezes utilizada é o modelo de fossa negra, o qual não atende as demandas de tratamento e, portanto, não cumpre a função de anular os efeitos contaminantes presentes em tais efluentes. Para os resíduos sólidos a prática mais comum é a queima, estratégia também inadequada sob o ponto de vista da saúde ambiental, pois resulta em emissões de gases nocivos ao ser humano e ainda anula a possibilidade da reciclagem e o reuso dos subprodutos gerados no processo.

CONCLUSÃO

As atividades de pesquisa desenvolvidas até o momento evidenciam um quadro preocupante para o saneamento rural nas comunidades do baixo vale do rio Guará. Entre os agentes de saúde é unânime a compreensão de que a falta de infraestrutura e a ausência de serviços básicos comprometem a saúde dos moradores e consequentemente a qualidade ambiental na região. Com vistas a análise da sensibilidade e dos riscos ambientais ao longo do vale do rio Guará, há dados quantitativos e qualitativos que *a priori* apresentam razões para intervenções a partir da realização de projetos com intuito de melhorias nas condições sanitárias e de gestão ambiental entre as comunidades. Contudo é essencial

destacar também o papel da responsabilidade pública para com essas demandas. É notório que as comunidades por si só não possuem meios de superar e de transformação para tal cenário, as parcerias e o apoio do poder executivo são essenciais. Já que o cumprimento das demandas aqui destacadas são compõem serviços públicos básicos direcionados para os ambientes rurais no país.

É substancial correlacionar as atividades agroextrativistas que ocorrem na região com a gestão da saúde ambiental, sobretudo por que são essas atividades que possuem potenciais de usos para os subprodutos formados a partir do tratamento ambientalmente adequado para os resíduos sólidos orgânicos e para os efluentes domésticos. Há tecnologias e técnicas utilizadas para as melhorias das condições sanitárias domiciliares capazes de anular o caráter poluidor e contaminante dos efluentes e resíduos ao transformá-los em insumos para a produção de alimentos. Tudo isso carrega um conjunto de desdobramentos positivos, tanto para a segurança alimentar, como para a saúde ambiental no baixo vale do rio Guará.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Saneamento e dá outras providências*. Brasília-DF: 2007.
- BRANDÃO, C. R; STRECK, D. R. *Pesquisa Participante: A Partilha do Saber*. Aparecida, SP: Ideias Et Letras, 2006.
- CASTRO, Edna. *Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais*. Papers do NAEA, nº 092, Belém: 1998, p.01 – 16.
- DUARTE, V. C. (2012). *Análise e Aplicação de Metodologia para Avaliação de Impacto Ambiental Simplificada em Territórios Rurais: A Comunidade Agroextrativista de Ponte de Mateus, São Desidério-Ba*. Barreiras: Universidade Federal da Bahia.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rosiska Darcy de Oliveira (trad). 15º ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- RIBEIRO, H. *Saúde Pública e Meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos*. Saúde e Sociedade v.13, n.1, p.70-80, jan-abr, 2004.
- SANTOS, M. *O Dinheiro e o Território*. GEOgraphia, v.1, n.1, p. 7-13, 1999.